

Sintrajud e Sindsef-SP realizam debate sobre: “O racismo e seus efeitos no cotidiano da população negra”

O racismo é a “doutrina que sustenta a superioridade de certas raças”. Essa é a primeira definição do termo no dicionário Aurélio. Temos, além disso, uma Constituição Federal que reza igualdade entre todos, independentemente da raça, sexo, opção sexual ou religiosa. A partir dessas premissas, não seria possível dizer que vivemos num país racista, poderíamos até afirmar que no Brasil não há espaço para o racismo.

Sabemos, entretanto, que a realidade é muito diferente. Estatísticas de importantes institutos como o IBGE e IPEA mostram, por exemplo, que homens negros têm menores salários do que homens brancos, mesmo quando exercem funções idênticas. Situação que se agrava nos casos das mulheres negras.

Se um panorama dessa triste realidade pode ser visto em cada estudo e levantamento divulgado (e vale a pena ler o texto da página 04), o racismo está presente no nosso cotidiano, nos atos mais corriqueiros do nosso dia a dia. Ele salta aos olhos nas páginas dos jornais com o recente crescimen-

to da violência urbana, em que a grande maioria dos jovens assassinados nas periferias das grandes cidades é negra.

Por trás da superexploração e da violência há uma motivação, quando não muitas. Conhecido militante do Movimento Negro Norte Americano, Malcon X tem uma frase célebre: “não há capitalismo sem racismo”. A sentença é quase como uma frase de efeito, mas trata-se de uma afirmação sábia e profunda, que expressa uma realidade: o racismo aumenta os lucros!

Não é para menos que os conhecidos e tradicionais setores conservadores brasileiros insistem em dizer que não há racismo no Brasil. Setores que criticam as políticas afirmativas, como cotas para negros e índios na universidade e no serviço público, mesmo que elas sejam incipientes extremamente limitadas. Dizem que elas patrocinam a racialização da sociedade.

“Mas o fato é que já vivemos em uma sociedade racializada”, afirma Joselício Júnior, militante do Círculo Palmarino. Ele será um dos palestrantes

do evento organizado pelo Sintrajud e pelo Sindsef-SP, que será realizado no dia 24 de novembro, das 9h às 14h, na Rua Antonio do Godoy, 88, 15°.

E o debate sobre a racialização e o racismo em nossa sociedade tem emergido com cada vez mais força. Sendo impulsionado, em grande medida, pelo debate sobre cotas. São temas que já chegaram ao Supremo Tribunal Federal (STF). No caso das cotas, o Supremo reconheceu a sua legalidade, agora está nas mãos da Corte a decisão de como o Estado deve lidar com o conteúdo racista em obras literárias, principalmente nas infantis.

Para ajudar a promover o debate, o Sintrajud e o Sindsef estão organizando o seminário “O racismo e seus efeitos no cotidiano da população negra”, e publicando este material, elaborado em conjunto. Com o objetivo de levar às categorias uma reflexão profunda sobre o tema, as entidades querem trazer à tona o debate sobre a questão racial. Pretendem impedir que ele seja relegado a um segundo plano. Por isso elas convidam você a participar deste debate. Esta luta também é sua!

Quando:

Sábado

24 de novembro, 9h às 14h

Onde:

Sintrajud - Rua Antonio de Godoy, 88, 15°

O evento terá três apresentações:

“**Violência policial**”, com militante José Eduardo Rosa “Buiú” (Graduando do 4º ano no curso de História no Centro Universitário da Fundação Santo André (CUFSA). Militante do Espaço Socialista, Organização Marxista, no ABC paulista e integrante do Rosa Negra, coletivo de combate ao racismo em Mauá).

“**Cotas no serviço público e nas universidades**”, com militante Joselício Junior “Juninho” (jornalista e pós-graduado em mídia, informação e cultura pela CELACC/ECA-USP. Membro do Círculo Palmarino, corrente do movimento negro e do Instituto de Estudos Afro-Brasileiro Manuel Querino).

“**Racismo na literatura brasileira**”, com o dirigente Wilson H. Silva. Formado em História e mestre em cinema pela Universidade de São Paulo. Membro do Quilombo Raça e Classe e do Setorial LGBT e da Executiva Estadual da CSP-Conlutas.

As inscrições para participar do seminário estão abertas, na secretaria do Sintrajud no telefone (11) 3222-5833. Haverá emissão de certificado

Apoiadores:

Central Sindical e Popular - CONLUTAS
Fenajufe
Tribunal Popular
Revista Crítica do Direito

Sindicato dos Advogados do Estado de São Paulo
Associação dos Juizes para Democracia – AJD
Movimento Nacional Quilombo e Classe
Assembleia Nacional dos Estudantes Livres - ANEL



A importância das cotas



03/08/2012 - Manifestação estudantil pelas cotas na UFRG

Militante do movimento negro desde 2006, Joselício Júnior começou a atuar politicamente ainda quando era estudante secundarista, seis anos antes. Juninho, como é conhecido, conta que a sua militância no movimento negro iniciou-se com o surgimento do Círculo Palmarino.

Ele explica que o Círculo surgiu após a eleição de Lula, pois parte importante do movimento negro associou a chegada de um ex-operário ao poder a ganhos concretos para a população negra. “E a gente achava necessário mostrar as contradições que existiam desse governo, e que, ou a gente continuava em luta, ou as conquistas não viriam”.

Abordando a violência contra a população negra, Juninho é enfático ao dizer que há um processo de extermínio da juventude negra. Processo que está contraditoriamente ligado às políticas afirmativas. “O aprofundamento dessa política econômica, social que é de garantir algumas conquistas, mas por outro lado há um processo determinante de repressão, que a gente formula em torno de uma “faxina étnica” contra a população negra do Brasil”.

Veja os principais trechos da entrevista. A íntegra está no site.

Como você avalia o impacto das cotas sobre a população negra?

Acho que há dois caminhos para gente discutir cotas. Um é a educação. Qual é o papel do vestibular? Eu interpreto o vestibular como um funil social. É um conjunto de regras em que aqueles que estão mais bem preparados para aquelas regras conseguem passar. Mas não é um medidor da qualidade, de potencial acadêmico, de produção do conhecimento. O vestibular tem que ser visto com um funil social.

Além disso, conhecimento é poder. Então, se a gente quer a divisão do poder e quer que a universidade seja um local de produção do conhecimento, a serviço da maioria, ela precisa ser democratizada. Esse é um aspecto para se analisar as cotas a partir da educação.

O segundo aspecto é o fato de vivermos num país extremamente desigual, onde a questão racial é determinante para a divisão de classe. Há uma dívida histórica.

Um estudo do IPEA, de 2008, apontava que se a situação da população branca no Brasil fosse congelada, demoraria 32 anos para população negra

se equiparar. Portanto, as cotas são necessárias para garantir que essa comunidade tenha acesso às universidades.

Acredito que as cotas tenham uma função compensatória, que ajuda a organizar a população. E que o debate sobre cotas é pedagógico. Onde se estabelece a discussão sobre cotas, automaticamente se discute racismo. Por exemplo, quando Dilma anunciou as cotas nas universidades federais, setores dos grandes colégios de São Paulo chamaram um ato no MASP, dizendo que era uma racialização da sociedade brasileira. Se a USP amanhã estabelecer 1% de cotas tenha certeza que vão aparecer declarações racistas. Ou seja, o debate de cotas coloca o debate de racismo no Brasil. Eu acho isso extremamente importante.

Mesmo sabendo os seus limites, as suas contradições, pelo conjunto, a gente defende as cotas.

Você acha que esse debate sobre o racismo tende a crescer?

Sem dúvida. E eu acho que isso é uma conquista do movimento negro. Qual era a grande bandeira do movimento negro na redemocratização do Brasil? O Estado brasileiro assumir a existência do racismo, e a necessidade de ações afirmativas. O Estado reconhece o racismo, isso é importante. Depois do reconhecimento se busca políticas para amenizar.

Há pessoas que falam, “é uma racialização da sociedade”. Como se não fosse já racializada pelos meios de comunicação, pela divisão social do trabalho. Você tem elementos culturais, econômicos e sociais que mostram como a nossa sociedade é racializada. É só você ver onde está concentrada a maior parte da população negra em São Paulo, vai ver que há uma racialização geográfica, que inclui a faxina étnica, que a gente denuncia.

É fundamental escancarar esse debate. Porque discutir cota no Brasil, racismo, população negra, é discutir luta de classe. Esse é o centro nervoso da luta de classe no Brasil.

Nos EUA, onde a população negra corresponde a 15, 16% da população, existem cotas. Mas é porque é uma população pequena dentro do universo total da população. Então você garantir cotas para os negros, ou para uma parte dessa população, não altera a correlação de forças necessariamente. Você ter um presidente negro não altera a política econômica dos EUA. Agora, quando você

fala de 50% da população, nas condições de mais 73% das pessoas com os menores índices de IDH, você começa a potencializar esse setor, você está potencializando a classe oponente.

Pela 1ª vez um negro vai presidir o STF, um dos Poderes da República. Como vocês do movimento vêm isso? Seria um indício de que há mudanças positivas acontecendo?

Eu acho o Joaquim uma figura emblemática. Antes de ser ministro ele já tinha uma atuação na questão racial, com vários artigos falando das políticas de ações afirmativas.

Claro que a gente não tem ilusões que a chegada do Joaquim à presidência do STF vá mudar a lógica da Corte. A gente sabe que tem já uma estrutura enraizada ali que é bastante conservadora. Mas do ponto de vista do imaginário popular, é um aspecto positivo. Você ter uma figura como Joaquim Barbosa, identificado com uma ideia da ética.

A imagem que eu tenho do Joaquim é de uma pessoa comprometida com a população. Então isso é bastante positivo, você poder ter a afirmação de uma figura, uma expressão nacional, com esse viés, não só moralista, mas uma figura comprometida com o ideal de uma sociedade mais justa. Eu sinto isso.

Ele sabia da responsabilidade que seria assumir não só a presidência, mas quando ele foi nomeado. Ser o primeiro negro a estar ali, o peso que se dá, qualquer erro seria duramente reprimido, então você percebe que essa garra, esse trabalho todo é de certa maneira uma necessidade para se autoafirmar, para você garantir respeito. E eu acho que ele tem feito isso com muita competência, com muita dignidade. Por mais que você possa ter críticas, ele tem que ser visto, de certa maneira, como uma referência. Isso é importante para nós, porque as nossas referências são sempre referências brancas, elitistas, eurocêntricas. Você ter uma referência que veio de baixo, que é lutador, que tem a cara do povo brasileiro, eu acho que isso é importante, é fundamental.

Você afirmou num artigo sobre as cotas: “vamos comemorar, mas não vamos baixar a guarda, porque o caminho é longo”. Se você pudesse indicar os três próximos passos desse caminho que é longo, quais seriam?

Nós precisamos de cotas já!. E de forma contundente, pois quando você vai ver, o que está sendo garantido são apenas três, quatro vagas a mais na universidade, não é uma mudança significativa. Então, nós queremos ter uma política mais robusta.

O segundo passo importante é esse debate em São Paulo, que é um lugar muito conservador. Nós formamos aqui uma frente ampla pró-cotas, reunindo quase todo o espectro do movimento negro, inclusive esse deve ser um dos temas da marcha da consciência negra deste ano. Nós também vamos batalhar que a questão do genocídio entre como uma pauta relevante, por conta de toda violência contra a população negra.

O terceiro passo são mudanças significativas para a população negra, que está combinada com a luta de classe. A gente não pode perder a nossa estratégia. E nós queremos mudar essa sociedade que é opressora, que produz desigualdade. A gente sabe que não vai ser possível a total integração dos negros sem uma mudança radical da sociedade. A gente nunca pode deixar de pensar nisso, que é o que nos motiva.

Violência Policial

O painel sobre **Violência Policial**, aliás, tema que ganha notoriedade na mesma proporção que causa preocupação a população da capital e grande São Paulo, será apresentado por **José Eduardo Rosa**. Graduando do curso de História no Centro Universitário Fundação Santo André e militante do Espaço Socialista, Organização Marxista. Veja a entrevista concedida a redação do **Jornal do Judiciário**.

Quando e por que você começou a militar no movimento negro?

Meu primeiro contato com o movimento negro aconteceu em 1984 num grupo chamado CRUCON (Grupo de Consciência Negra), em Mauá. Depois participei no final dos anos 1990 a 2000, da construção de grupo para discutir sobre as definições da palavra “negro” nos dicionários de língua portuguesa.

Ajudei a promover atividades de combate ao racismo na Fundação Santo André como: contratação de um africanista para as aulas de história e Cultura africana e resistência negra no Brasil. Inclusão na grade do curso de História da disciplina chamada Diásporas Africanas nas Américas. E na construção da semana de História cujo tema foi “Histórias Áfricas”, além do curso de férias “Negritude e Marxismo”.

A questão pra mim não é ser ou não militante de combate ao racismo anti-preto, mas onde, quando e como se dará essa militância.

A sua militância consiste no quê?

As demandas da população negra são extensas e diversificadas. Por isso, me concentro em dois aspectos: negros e mercado de trabalho, exclusão do setor formal de trabalho, piores condições trabalhos e salários, protelação em promoções. E, negros e educação, desde como são representados em livros didáticos, quantidade de professores negros, inclusive, universitários, cotas universitárias, quais vagas são oferecidas.

Há uma guerra entre a PM e o PCC, como isso afeta a população negra das periferias das grandes cidades?

Aos olhos da sociedade brasileira o negro não só é um criminoso em potencial, mas um mal que deve ser eliminado da sociedade. Assim, a população negra é exterminada, independentemente de haver ou não guerra entre a polícia e facções criminosas. Quando há confronto entre polícia e PCC a sociedade legitima o aparato policial e o transforma em juiz, júri e executor em nome dessa sociedade e com o aval mais bem declarado dela.

Temos visto a PM atuar de maneira violenta como a desocupação da crackolândia e Pinheirinho. Por que a população negra é sempre a mais atingida?

Acredito que seja necessário fazer um divisor de águas no que tange a responsabilidade da PM no assassinio do povo negro. A polícia é uma das pontas de linha de exclusão e controle. Na impossibilidade de controle, o extermínio.

A sociedade racista brasileira, através do Executivo, do Legislativo e do Judiciário, formam um “conluio” com objetivo de tornar legal esse controle, exclusão e extermínio. Longe de inocentar o aparato repressivo, no processo de extermínio do povo negro, essa afirmação coloca na ordem do dia os mentores e coautores desses crimes. Polícia civil ou militar, não importa é apenas executora das vontades de ambos.



13/01/2012 - Desocupação na Cracolândia

Como é a vida de um jovem negro na periferia das cidades da grande São Paulo?

Lembro algumas experiências meio “estranhas”. Quando tinha 16 anos, numa lanchonete em Mauá, um enorme contingente de policiais civis e militares fez com que mais de 30 jovens colocassem as mãos na parede. Conforme davam a “geral” e não encontravam nada liberavam. Depois de ter sido virado ao avesso o policial me liberou, quando me sentei, outro policial me fez levantar para nova revista. Informei que já havia sido revistado, ele me disse: “ele te revistou, mas eu não”. Essa é a realidade para a juventude negra na grande São Paulo.

As remoções, desocupações e incêndios em favelas são também devidos a realização da Copa e Olimpíadas?

Não há erro ao afirmar que há genocídio, e, diga-se de passagem, há décadas vem sendo denunciado pela maioria dos Movimentos Negros no Brasil. Isso acontece independentemente da Copa ou das Olimpíadas. Se não fossem pelas mega construções, seria por outro motivo.

”matem quantos pretos puderem hoje, e os que não puderem, matem amanhã!”

Você diria que a PM, como braço armado do Estado, atua fortalecendo essa política?

A polícia é apenas a parte que aparece nesse processo. Entretanto, ela executa os ideais da parte que não aparece, ou seja, Estado Capitalista. Uma pergunta chave é: um policial faz o que quer ou está sob ordens? A corporação policial é um regime democrático, ainda que numa concepção burguesa, capitalista de democracia? Não. Quando um policial mata jovens na periferia e é condecorado por isso, o que eu vejo é uma autorização, porque não dizer uma ordem: matem quantos pretos puderem hoje, e os que não puderem, matem amanhã!. A polícia fortalece essa política e, concomitantemente, é fortalecida por ela através do consentimento implícito ou declarado do Estado em todas as suas esferas.

Em 2006, o conflito entre PCC e PM era a situação carcerária. Hoje não existe uma motivação declarada, isso pode servir de alibi para o aumento da violência?

Primeiro devemos analisar o que mudou no sistema carcerário de 2006 pra cá. Pouca coisa na forma e praticamente nada no conteúdo. Posto isso, dois fenômenos mundiais devem ser analisados como parte dessa situação: a crise econômica mundial em curso, fruto da crise de superprodução capitalista e os mega eventos, Copa do mundo e Olimpíadas. Mas não devem ser considerados de forma isolada. Há por parte dos empresários (o capital) a necessidade de grandes obras precedidas de um processo de “higienização” das áreas que serão visitadas nesses eventos. As áreas a serem “higienizadas” são “coincidentalmente” ocupadas por pretos e pobres. Essa é a motivação, ao contrário do que se pensa, ela é sim declarada e, infelizmente, como ninguém quer ver sua cidade cheia de “mendigos e drogados”. A sociedade, incluindo parte do setor explorado, acredita que é legítima essa “limpeza”!

O alibi que a polícia precisava para ampliar sua política de extermínio de negros e pobres foi estabelecido pela sociedade quando da escolha da sede da Copa e das Olimpíadas foi aplaudida de pé.

Quando um governo, oriundo da classe trabalhadora, escolhe salvar ricos, banqueiros e empresários, ao invés de gerar empregos, saúde, educação e moradias de qualidade para o povo pobre e, historicamente excluído, escolhe fortalecer mais um alibi para nosso extermínio.

Situação dos negros e negras na sociedade capitalista

A população negra é maioria no Brasil, no entanto, a essa maioria é imposto um tratamento desigual, permeado pelo preconceito racial.

O censo 2010, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostra que os negros, que se declaram pardos e pretos, correspondem a 96,7 milhões de indivíduos ou 50,7% da população.

O aumento da participação da população negra se deu em todas as Unidades Federativas (UFs) e foi maior que a variação nacional – de 13,6% – em oito Estados. Pará, Bahia e Maranhão figuram como os estados com maior participação de pretos e pardos (em torno de 76% da população total em cada um). Por sua vez, São Paulo, Bahia, Minas Gerais e Rio de Janeiro congregam 45% da população preta e parda do país.

No entanto, a essa maioria é imposto um tratamento desigual, permeado pelo preconceito racial. A mesma pesquisa apresentou um considerável aumento no número de óbitos da população negra. Enquanto em 2002, proporcionalmente, morreram 45,8% mais negros do que brancos, em 2010 este aumento chegou a 139% de negros assassinados a mais do que brancos, ou seja, muito mais do que o dobro.

Enquanto a taxa de homicídios para a população total em 2009, era superior a 26 óbitos por 100 mil habitantes, a taxa para jovens de 15 a 29 anos ultrapassava o dobro deste índice (55,7). A situação piora quando conferimos os números entre os jovens negros na mesma faixa etária: a taxa de homicídios em 2009, neste grupo superava em 138% a mortalidade entre jovens brancos. (fonte IPEA - “Dinâmica Demográfica da População Negra Brasileira”).

Os negros no Serviço Público

O setor público no Brasil era responsável direto em 2009, por 11,8% do total de trabalhadores no país. O estudo do Ipea considera o trabalho no setor público como as atividades exercidas na administração pública direta ou indireta. Por meio de diferentes modalidades de vínculos trabalhistas: funcionário público estatutário; militar; e empregado – dentro desta última categoria, estão os empregados públicos, os servidores em cargo de comissão e os servidores temporários.

Segundo dados da PNAD 2009, a maioria dos trabalhadores no setor público (61,8%) mantém vínculo como funcionário público estatutário e militar. As mulheres apresentam maior participação no setor público, com destaque para a participação de mulheres brancas, 45% superior à participação deste grupo. No entanto, a situação se inverte quando se analisa a participação por área da ocupação.

No setor público federal, que oferece posições, em média, mais bem remuneradas, a participação dos homens é sobre-representada. As mulheres negras, grupo com menor participação no serviço público federal, representam apenas 12% dos trabalhadores nesta

esfera, o equivalente a metade de sua participação no serviço público de forma geral.

Em relação aos rendimentos, o setor público, apesar de exibir nível de desigualdade um pouco menor, reproduz a hierarquia constatada na análise agregada das ocupações. Nela, os homens brancos situam-se no topo, seguidos pelos homens negros, pelas mulheres brancas e pelas mulheres negras, nesta ordem.

Neste campo, como é percebida em outros indicadores de mercado de trabalho, a desigualdade de gênero é responsável pela maior parte da diferença verificada, para o mesmo nível de escolaridade, embora a diferenciação racial se mostre presente de forma acentuada.

As mulheres negras, por sua vez, vivenciam condição agravada pela interseccionalidade dos efeitos das discriminações de gênero e raça. Entre os profissionais com acesso ao ensino superior (12 anos de estudo), as mulheres negras ganham, em média, menos da metade de um profissional branco. Esta desigualdade encontra explicação não apenas nas discriminações de gênero e raça, mas também na forma de inserção na ocupação. Como discutido anteriormente, as mulheres, especialmente as mulheres negras, estão sub-representadas na área de emprego e nas atividades com melhor média de remuneração e nos cargos de direção ou maior prestígio.

CHEGA DE PRECONCEITO

Pelo fim da discriminação e da exploração!

TRABALHO IGUAL SALÁRIO IGUAL!

Negros, Mulheres e LGBT na luta dos trabalhadores por:

- ▶ Aumento geral dos salários. Equiparação salarial entre homens e mulheres, negros e brancos, LGBT e Heterossexuais;
- ▶ Creches em período integral para todos os filhos da classe trabalhadora;
- ▶ Licença maternidade de seis meses para todas, sem isenção fiscal, rumo a 1 ano. Licença paternidade de 30 dias;
- ▶ Reconhecimento do cônjuge homossexual: direitos iguais para uniões homoafetivas, como os direitos trabalhistas e previdenciários;
- ▶ Criminalização da Homofobia: aprovação do PLC 122 original;
- ▶ Combate ao Racismo institucional do estado brasileiro. Titulação para as terras dos quilombos;
- ▶ Cotas raciais nas universidades; Implementação da Lei 10.639 (ensino obrigatório de História da África);
- ▶ Pelo fim do assédio moral e sexual;
- ▶ Fortalecer as organizações de base (CIPAS, Delegados/as sindicais etc) como instrumentos da luta contra o machismo, o racismo e homofobia.



Jornal do Judiciário



Órgão Oficial do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Estado de São Paulo

Diretoria: Adão Sérgio de Souza, Adilson Rodrigues Santos, Angélica Olivieri, Antonio Carlos, Antonio dos Anjos Melquiades (Melqui), Cleber Borges de Aguiar, Erlon Sampaio, Fausta Camilo de Fernandes, Filipe Joel Gomes Lira, José Carlos Sanches, José Dalmo, Henrique Costa, Inês de Castro, Ivo Oliveira Farias, Leica Silva, Maurício Rezzani, Tarcisio Ferreira

Sede: Rua Antonio de Godoy, 88 - 16º and. - São Paulo / SP - CEP 01034-000 - Tel.: (11) 3222-5833 - Fax: 3225-0608 - Email: sintrajud@sintrajud.org.br
Subsede Baixada Santista: Rua Proost de Souza, 35 - Santos / SP - CEP 11040-090 - Tel.: (13) 3238-3807 - Email: sintrajud Santos@uol.com.br
Subsede Barra Funda: Rua Joaquim Manoel de Macedo, 297 - s/ 92 - São Paulo / SP - CEP 01136-010 - Tel.: (11) 3392-3728 / 9163-6903 - Email: subbarrafunda@sintrajud.org.br

Jornalistas: Carlos Eduardo Batista e Juliana Silva | **Colaborador:** Hélcio Duarte Filho | **Diagramação:** Roberto Gouveia | **Tiragem:** 13.000 exemplares

